

BASES PARA UMA NOVA ATER PÚBLICA

Francisco Roberto Caporal¹

RESUMO: O imperativo socioambiental, as novas exigências da sociedade e os papéis que deve assumir o Estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável passaram a exigir uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater. Partindo da crítica aos resultados da Revolução Verde e ao modelo de extensão rural baseada no difusionismo, chegou-se à conclusão que cabe aos aparelhos de estado contribuir para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que permitam assegurar melhores condições de vida para a população rural e urbana. Os cenários atuais indicam que as ações dos serviços públicos de extensão rural (de entidades vinculadas ou não ao Estado) devem ser pautadas pelo uso de metodologias participativas e os agentes externos devem desempenhar um papel de facilitadores de processos de desenvolvimento rural. Assim mesmo, as ações extensionistas devem privilegiar o potencial endógeno, captando o conhecimento local e estimulando o uso de recursos que estejam mais acessíveis aos agricultores. Ao contrário da prática convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública requer uma ação que parta do conhecimento e análise dos agroecossistemas e que proponha alternativas baseadas em princípios que aproximem a Agronomia da Ecologia com base em um enfoque holístico e sistêmico. A introdução do conceito de Extensão Rural Agroecológica e as mudanças institucionais sugeridas neste artigo pretendem constituir-se em uma contribuição para a nova Extensão Rural pública que deve estabelecer novo tipo de compromisso com os seus beneficiários e com os resultados socioambientais de sua intervenção. Isso exige um novo profissionalismo, centrado em uma práxis que respeite os diferentes sistemas culturais, contribua para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas e assegure a produção de alimentos limpos, com melhor qualidade biológica, e acessíveis ao conjunto da população.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural; Extensão Rural; Serviço Público; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural Sustentável; Agroecologia.

ABSTRACT: The socio-environmental imperative, the new demands of society and the need to promote the sustainable development has imposed new roles for the government as well as a different Rural Extension and Technical Assistance Services - Ater. The (setbacks) criticism to the results of the Green Revolution policies and to the rural extension approach based on the diffusion of innovations theory, has made apparent that the government needs to promote alternative farming systems and rural development policies. The economic and environmental scenario also suggests that both the government and non-government rural extension services need to use participatory methods and the extensionists should play the role of facilitators. Moreover, they need to promote the endogenous development, therefore taking into account the local knowledge and resources. The new Rural Extension Services need to focus on the “agro-ecosystems” and offer technological alternatives based on the principles of ecology and adopt a “holistic and systemic” agriculture development approach, as opposed to the traditional rural extension

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural pelo CPGER/UFSM, Doutor pelo Programa de “Agroecología, Campesinado e Historia” – ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha), Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR. Este texto tem como base o Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. E-mail: caporal@em.ater.tche.br Santa Maria(RS), janeiro, 2003.

approach based on transferring technology packages. The concept of an agroecologic rural extension approach and the institutional changes suggested in this paper are intended to contribute to the emergence of the new Brazilian rural extension services, that primarily takes into account the interests of its beneficiaries and the socio-environmental impact of its intervention. This proposal suggests a new professionalism that respects the existing culture, promotes the sustainability of the different environmental agroecosystems and ensure the production of organic food, that is biologically superior and more affordable to the general population.

Key Words: Rural Extension Services and Technical Assistance; Rural Extension; Public Services, Family Agriculture; Sustainable Rural Development; Agroecology.

1 Introdução

Estudos recentes sobre Extensão Rural mostram que, diante dos desafios do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de extensão terão que transformar sua prática convencional e introduzir outras mudanças institucionais, para que possam atender às novas exigências da sociedade. A crise socioambiental gerada pelos estilos convencionais de desenvolvimento e extensão rural recomenda uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde” o que exige novos objetivos e estratégias para a extensão rural pública.

É sabido que a noção de desenvolvimento sustentável supõe o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável que não podem ser alcançados unicamente pela transferência de tecnologias. De fato, a transição agroecológica em curso indica a necessidade de construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições econômicas o que determina que a extensão rural, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, adote objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos desse novo processo.

Embora não haja consenso sobre o conjunto de elementos envolvidos ou sobre uma nova teoria para o desenvolvimento rural, algumas questões-chave estão colocadas para as entidades de extensão rural do Brasil, entre as quais cabe destacar: o programa Fome Zero que exigirá uma maior e mais qualificada produção de alimentos; a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural; o apoio aos setores mais debilitados da população rural, de modo a garantir melhorias da qualidade de vida dessa população; a realização de ações capazes de melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas em geral; e, sem dúvidas, a adoção de estratégias participativas e democráticas que incluam o imperativo de proteção ambiental, conservação dos recursos naturais e produção de alimentos saudáveis.

Dentro dessa lógica e, particularmente, no que diz respeito à agricultura, as tendências atuais demonstram que há, pelo menos, dois caminhos a serem seguidos. Um deles, que é defendido pela corrente ecotecnocrática da sustentabilidade, se baseia no otimismo tecnológico (recursos ambientais poderão ser substituídos pelos avanços da ciência e da tecnologia) e sugere a mudança via processos de “intensificação verde”. Essa estratégia já está ocorrendo no mundo das grandes lavouras e criações. Trata-se da aplicação do enfoque da “nova revolução verde” ou “revolução verde-verde”, no qual continuam a prevalecer às plantações de *commodities* em extensas e insustentáveis monoculturas em cujos sistemas de produção vão sendo introduzidos produtos, tecnologias

e processos menos agressivos ao ambiente, desde que sejam economicamente rentáveis para a cadeia dos agronegócios e não necessariamente para os agricultores. Nessa estratégia de “esverdeamento” da agricultura, vale usar transgênicos, assim como vale usar herbicidas e outros agroquímicos, desde que, com isso, viabilizem-se alternativas de redução dos custos gerais de instalação das lavouras, como o plantio direto, por exemplo. Também nessa estratégia, é comum a substituição de insumos ou o chamado “uso controlado”, como a moda importada com os modelos de tipo PIF – Programa Integrado de Frutas.

Nessa estratégia do “esverdeamento”, sobra pouco espaço para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública. Primeiro, porque as novas tecnologias já vêm sendo incorporadas aos produtos ofertados pelas transnacionais do setor. Em segundo lugar, porque se trata de um mercado competitivo no qual as empresas visam a cativar seus clientes e, para tanto, chegam a eles por meio de assessores técnicos e vendedores/promotores. Inclusive, em muitos casos, esse segmento comercial trata de introduzir produtos menos tóxicos e/ou biológicos, quando estes fazem parte de suas linhas de insumos. Em terceiro lugar, a maioria dos médios e grandes agricultores, especialmente os produtores de *commodities*, já tomam iniciativas para continuar ou manter o processo de “modernização” de seus negócios indo atrás, quando lhes convém, das novas opções tecnológicas. Em quarto lugar, mas não menos importante, aparece o papel do setor privado de serviços de Assistência Técnica e Escritórios de Planejamento Agropecuário que atuam preferentemente com agricultores empresariais, se bem que também prestem serviços (projetos de crédito rural, por exemplo) para outras categorias de agricultores, inclusive familiares. Em todos esses casos exemplares e para esse tipo de público, já não faz falta, do ponto de vista da “modernização”, que o Estado intervenha com ações de fomento ou transferência de tecnologias. Não-raro, os extensionistas são também criticados por não estarem atualizados o suficiente com respeito às últimas novidades das indústrias de máquinas, equipamentos e agroquímicos.

Entretanto, com respeito a tais setores da agropecuária, ainda cabe ao Estado uma questão fundamental: os cuidados com o meio ambiente e com a produção de alimentos sadios. Essas ações podem ser feitas via legislação, controles sanitários e mecanismos de punição, mas também podem ser feitas pela extensão rural mediante programas de educação ambiental e motivação para a redução de impactos ao meio ambiente, difundindo práticas conservacionistas ou o uso de técnicas menos agressivas, como os manejos integrados, uso de baculovirus, ou mesmo outros tipos de substituição de insumos: fertilizantes químicos por adubos orgânicos, agrotóxicos por pesticidas orgânicos, fisiológicos, etc. De igual modo, a Ater pública pode contribuir de forma indireta, mediante a realização de campanhas e divulgação massal, para que os empresários rurais ampliem sua consciência com respeito a questões ambientais, como pode ser o cuidado com a água, cobertura florestal, solos, etc. Atuar nessa perspectiva ecotecnocrática, no entanto, não parece ser nem a principal missão nem a principal responsabilidade da Nova ATER pública.

De fato, a Ater como “bem público” e, portanto, de oferta gratuita, passa a ter sentido se admitimos que cabe ao Estado apoiar setores menos favorecidos, estimular estratégias de desenvolvimento local, assim como realizar ações ambientalistas e de promoção da produção de alimentos limpos, de melhor valor biológico (ecológicos, orgânicos, etc.). Nesse caso, a Ater pública deveria centrar-se em um outro enfoque que parte de uma visão “conflitivista” e defende que o desenvolvimento rural, para ser sustentável (e a extensão rural para atuar neste sentido), deve atender também a outros requisitos que não apenas o aumento da produção e da produtividade agrícola. Entre esses

objetivos é possível destacar: equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental. Trata-se, nesse caso, da aplicação do enfoque científico da **Agroecologia**² como eixo central da orientação das atividades extensionistas.

Sob essa orientação teórica e metodológica, a extensão rural será levada a atuar tendo em conta alguns aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável como, por exemplo, as noções de variabilidade espacial dos agroecossistemas; de co-evolução da sociedade com seu meio ambiente; de reconhecimento dos diferentes sistemas culturais; da importância da biodiversidade; assim como a necessidade de valorizar o “local”, e as iniciativas que possam ajudar na geração de ocupações e distribuição da riqueza. Dados tais condicionantes, a ação extensionista em apoio à construção de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável implica na necessidade de integrar nos processos, em níveis de igualdade, as dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética da sustentabilidade, sem aceitar as possibilidades de “trade-offs” sugeridas pela Economia do Meio Ambiente, pois não parece possível alcançar-se novos patamares de sustentabilidade a partir de barganhas entre as suas dimensões que isto afete negativamente o meu ambiente.

Na atualidade parece que as duas tendências acima mencionadas se apresentam como sendo os pólos extremos de um processo de desenvolvimento agrícola “alternativo”, alicerçado em novas características espaciais, sociais e tecnológicas para a agricultura e novas bases teóricas para a extensão rural. Todavia, a tendência à agroecologização, baseada na orientação epistemológica da Agroecologia³, deverá prevalecer como uma estratégia para a transição agroecológica das agriculturas familiares, onde deve haver maior atenção de parte da Nova Ater pública. Por outro lado, parece que a “intensificação verde” será a estratégia dominante, ainda por algum tempo, tanto para setores da “agricultura familiar consolidada” ou “capitalizada”, como para setores da agricultura empresarial capitalista. Neste caso, haverá menos ação direta do setor público, assim como teremos que esperar resultados ambientalmente menos sustentáveis.

² Nesse novo enfoque extensionista, a Agroecologia deve ser entendida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, avaliar e desenhar agroecossistemas sustentáveis, com o propósito de permitir a implementação de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural com maiores níveis de sustentabilidade a curto, médio e longo prazos. Por outro lado, e de um ponto de vista mais restrito, a Agroecologia fornece um novo instrumental aos extensionistas, na medida em que se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos (relação predador/presa, competição cultivos/ervas invasoras, entre outros) o que traduz o enorme potencial de aplicação desse campo de conhecimentos para resolver questões tecnológicas na agricultura, favorecendo assim o desenho e a gestão de agroecossistemas sustentáveis. Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de Agricultura Sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações: Ecológica, Orgânica, Biodinâmica, Agroecológica, Regenerativa, Baixos Insumos Externos, Biológica, entre outras. Como ferramenta orientadora da intervenção extensionista, a Agroecologia aporta elementos para o manejo ecológico dos recursos naturais e para apoiar processos de ação social coletiva, de caráter participativo, além de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, de forma que permite reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de agriculturas alternativas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Reconhece-se, portanto, não só a importância da dimensão e do conhecimento local senão que estes surgem como a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural sustentável. CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. (2001).

³ Ver: NORGAARD, R. B. (1989)

2 Alguns aspectos do cenário para uma nova Ater pública

Além dos pontos antes mencionados, vários outros elementos presentes no cenário atual indicam o marco no qual se pode estabelecer uma nova política de Ater pública, uma Ater que possa dar uma contribuição decisiva na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Entre eles destacamos:

- a) Entre os objetivos do governo e de grande parcela da sociedade civil está presente a necessidade de manter a produção agrícola e aumentar a produção de alimentos. Ao mesmo tempo, propugna-se que as metas de produtividade sejam alcançadas sem causar mais danos ao meio ambiente e à saúde pública, além de preservar a qualidade dos alimentos, o que se vem propondo sob o guarda-chuva do desenvolvimento rural e da agricultura sustentáveis.
- b) Dadas as limitações orçamentárias, o governo federal tende a concentrar seus esforços e recursos para minimizar os problemas sociais, especialmente a pobreza, o que se traduz no caso em tela, em programas que visam a fortalecer a agricultura familiar, atacar a problemática da pobreza rural, ademais, é lógico, de estabelecer políticas de apoio ao agronegócio.
- c) Os efeitos das políticas de ajuste econômico ocorridos nos últimos anos, ao mesmo tempo em que determinaram uma pressão em direção a uma maior eficiência e redução de gastos por parte da extensão pública, tendem a determinar que o Estado passe a oferecer os serviços públicos gratuitos de forma seletiva priorizando os setores menos favorecidos do meio rural.
- d) Para que possa assegurar a abrangência e mecanismos de acesso às políticas públicas, especialmente junto aos setores menos favorecidos do campo, a extensão rural pública continua sendo vista como uma ferramenta fundamental para a ação do Estado, tanto pela sua capilaridade, como pela possibilidade de que, por meio desse mecanismo, o Estado possa impulsionar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com claros objetivos orientados pela busca de equidade social e sustentabilidade ambiental, objetivos esses que não são assegurados pelo mercado.
- e) Quanto ao novo serviço público de extensão rural, espera-se que este oriente sua atenção especialmente àqueles setores da agricultura em que se encontram as famílias rurais que não podem pagar por serviços de assistência técnica.

Esses aspectos conduzem a pensar que a extensão rural pública, no âmbito nacional, deverá redefinir diversos aspectos de sua missão e objetivos, de seu enfoque e metodologia, dos conteúdos de suas mensagens, assim como delimitar a clientela a que se propõe alcançar.⁴

3 Sobre conceitos, estratégias e metodologias para uma nova Ater pública

Como sabemos, tradicionalmente a extensão rural é entendida como uma deliberada intervenção, de natureza pública ou privada, em um espaço rural dado (um agroecossistema, uma propriedade rural, uma comunidade, um povoado, uma microbacia hidrográfica, etc.), realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Trata-se de uma intervenção intencionada, movida por objetivos normativos e levada a cabo mediante um processo comunicativo que envolve inúmeros atores possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder.

⁴ Uma bela experiência neste sentido foi realizada recentemente na EMATER/RS. Ver: EMATER/RS (2002)

Este, no entanto, é um conceito insuficiente ao ser examinado à luz das novas propostas do desenvolvimento e da agricultura sustentáveis. Desde a perspectiva ecotecnocrática, provavelmente, bastaria acrescentar ao conceito acima exposto a expressão “mudanças sustentáveis”, para dar à atividade extensionista uma nova imagem. Entretanto, em vista das novas exigências e enfoques do desenvolvimento rural, entendemos que um conceito mais adequado e completo para a extensão rural do futuro, orientada ao desenvolvimento sustentável, necessita ter em conta um conjunto de aspectos complementares e explicativos. Nesse sentido, parece ser adequado adotar-se o conceito de “Extensão Rural Agroecológica” que seria *um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.*

Este é um conceito mais amplo que aquele que vimos anteriormente, já que inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e exige a necessidade de considerar e incorporar aos processos de planejamento participativo os diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e agricultura sustentáveis. Ademais, recomenda que o manejo dos recursos naturais e a adoção de opções tecnológicas sejam entendidos no marco de um processo de natureza **construtivista** o que implica investigação, aprendizagem e ação e que, portanto, tem que ser respeitoso para com as pessoas, suas condições objetivas, seus interesses e necessidades. Assim mesmo, a natureza local e a importância que dá aos sujeitos sociais conduzem a um modelo de decisão e ação que contempla o caráter histórico e os aspectos políticos do desenvolvimento rural.

A adoção de tal conceito pode também contribuir para fortalecer os processos de resistência que caracterizam as lutas históricas dos agricultores familiares, ante as tendências gerais e ameaças do desenvolvimento capitalista no campo. Isso leva a considerar a necessidade de adoção de estratégias diferenciadas para vencer obstáculos hoje existentes, entre os quais cabe destacar aqui os seguintes:

- a) A necessidade de imersão do agente: a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, o conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade só são possíveis se o agente de extensão rural dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta. Isso não é compatível com a busca de resultados imediatistas e exige ações de médio e longo prazo.
- b) O resgate do conhecimento local: exige a adoção de metodologias adequadas, capazes de contribuir para o estabelecimento de uma “plataforma de negociação”, criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico.
- c) Participação como direito: a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes crê que é necessária. Participação, nesse caso, implica horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de expressar as opiniões e desenvolver as ações o que está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos.

- d) O processo educativo: na nova extensão rural, tem-se que garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos, de modo que os atores participantes se envolvam em um processo em que saiam fortalecidas suas capacidades para a ação individual e coletiva também junto à "sociedade maior". Já não se trata de uma educação para a adoção de tecnologias transferidas por um agente que sabe, senão que de um processo que permita desenvolver os conhecimentos e ter acesso a informações suficientes que possibilitem a eleição e a decisão conscientes entre alternativas possíveis, a partir da compreensão de sua própria realidade e das estruturas de dominação pelas quais se vêm afetados.
- e) Sistematização das experiências: o registro sistematizado dos conhecimentos e das experiências realizadas no campo passa a ser um processo indispensável tanto para facilitar sua socialização entre os membros de cada grupo como para futuras avaliações. Além disso, é necessário conhecer e sistematizar informações sobre os recursos internos disponíveis e suas possibilidades de uso, assim como os obstáculos externos. Na nova perspectiva, já não basta o registro referente à adoção de tecnologias e práticas difundidas pela extensão rural.

Na prática cotidiana, portanto, deveremos ter um novo enfoque para a ação extensionista. Sobre o que se entende por “enfoques de extensão”, seguindo o conceito recomendado por Axinn⁵, pode-se dizer que a extensão pública para o desenvolvimento sustentável poderia adotar uma mistura daqueles enfoques que o autor identifica como “enfoque geral de extensão agrícola” e “enfoque da extensão baseada na participação”. Ou seja, trata-se de estabelecer um novo enfoque, que qualificaremos como de “**institucional participativo**”, no qual se mantenha o espaço institucional público do aparato extensionista, tirando dos governos e da organização de extensão o controle absoluto sobre as decisões da empresa que até agora o exerceram. Desse modo, tal enfoque exige uma participação efetiva, tanto dos beneficiários como dos demais atores sociais interessados nos processos de gestão e planejamento, assim como uma mudança nas variáveis pelas quais se mede o êxito dos programas e os procedimentos para a avaliação dos serviços de extensão rural.

A ação da extensão rural em apoio a estratégias de desenvolvimento local e à transição em direção a estilos de agricultura sustentável precisa partir do entendimento da agricultura como um processo permanente de aprendizagem e aplicação prática e que considere que a co-evolução natural do homem com seu meio ambiente e as transformações dos agroecossistemas têm lugar dentro de um sistema planetário finito, de modo que alguns recursos naturais, uma vez utilizados no processo de desenvolvimento, não estarão disponíveis por uma segunda vez o que exige nova abordagem do desenvolvimento rural. Por isso, a nova Ater pública precisa tratar os temas da sustentabilidade e da agricultura desde a perspectiva de uma “**construção social**”, centrando sua atenção na concepção de aprendizagem social. Ou seja, reconhecendo que os agroecossistemas se constroem de diferentes formas, dado que os discursos sobre a natureza e as práticas agrícolas de diferentes grupos sociais estão afetados pela história, a economia, a tecnologia, a ciência, assim como pelos mitos, crenças e conhecimentos locais que influenciam na relação entre natureza e cultura.⁶

Isso determinaria, ademais, a dimensão de temporalidade do modelo a ser adotado, isto é, se sustentabilidade tem a ver com as futuras gerações, logo, a transição agroecológica deve considerar, em primeiro plano, a necessidade de reduzir os efeitos

⁵ Ver: AXINN, G. H. (1988).

⁶ Sobre este tema, ver: ESCOBAR, A. (1996) e RÖLING, N. e PRETTY, J. N. (1997).

entrópicos inerentes à transformação dos ecossistemas naturais que ocorrem não só nos processos produtivos agrícolas, ainda que também neles, assim como evitar o desperdício dos recursos naturais esgotáveis e de energia, ambos necessários para manter os ciclos produtivos no futuro. Então, a nova Ater deve atuar propondo e apoiando a transição a estilos de agricultura sustentável, entendida como o resultado de um processo de aprendizagem. Isso implica na necessidade de entender-se a importância das relações sociais e dos compromissos individuais e coletivos que determinam a forma como os homens intervêm na natureza, assim como os processos que adotam para a transformação da natureza em bens de consumo, e qual o significado desses bens para a sociedade ou grupo em questão. Portanto, não se pode falar de agricultura sustentável desde uma perspectiva de pacotes tecnológicos, de modo que a ação extensionista deve ser pautada por uma iniciativa persistente e destinada a melhorar as relações dos homens entre si e destes com a natureza, respeitando os limites ecossistêmicos.

Observe-se que essa não é uma questão nova para a Ater. De fato, partindo da emergência dos novos enfoques socioambientais (centrados na busca de maior equidade e proteção do meio ambiente) já passaram a ser preconizadas redefinições das funções tradicionais da extensão rural pública, na medida em que dela se passou a exigir novos compromissos. Sobre isso, se diz que a partir de agora “um importante papel da extensão rural será fazer visível o estado do meio ambiente”, quer dizer, alertar para os problemas das práticas agrícolas convencionais, ajudando na construção de práticas alternativas. Em segundo lugar, considerando que a agricultura sustentável tem um caráter localmente definido, é necessário que a extensão rural trabalhe de forma participativa e em conjunto com os agricultores, fazendo uso dos conhecimentos disponíveis entre eles. E, em terceiro lugar, a nova extensão rural, mais que transferir tecnologias, deveria ajudar os agricultores nos processos de aprendizagem.⁷ Assim, a nova prática extensionista, mais que simplesmente ensinar algo a alguém, como sempre se fez, será um processo conjunto de “aprendizagem sobre o mundo”, capaz de contribuir para a transformação profunda de relações sociais que fazem com que o modo de realizar a agricultura afete de forma negativa e incontrolável a natureza.⁸

4 Mudanças institucionais necessárias

Esse novo enfoque, de imediato, exigiria mudanças estruturais e uma nova forma de gestão do aparato extensionista, uma vez que os mecanismos de controle deveriam ser descentralizados e a gestão compartilhada entre agentes do Estado e representantes dos beneficiários.⁹ A administração de tipo “top-down” deve dar lugar a um modelo de gestão cooperativo e democrático, pois “quanto maior é o grau de funcionamento autocrático da administração central, tanto menos eficaz será a função educacional da extensão e tanto maior será sua utilização como veículo da política estatal.” (WATTS, 1987, p. 31) Esse modelo deveria estimular o diálogo interno e estabelecer um clima favorável para a cooperação entre os funcionários e destes com outras organizações do setor público, organizações de representação dos agricultores familiares e ONG’s envolvidas em atividades de desenvolvimento rural. Ademais, desde a perspectiva do conhecimento

⁷ Sobre estes desafios ao extensionismo, ver: RÖLING, N. e PRETTY, J. N. (1997, pp. 186-7).

⁸ Ver: PRETTY, J. N. (1995, p.1257).

⁹ Como dizem CRISTOVÃO, A. e outros (1997, p. 58), na atualidade é corrente a utilização de algumas dicotomias para o contraste entre diferentes abordagens dos programas de desenvolvimento, o que nos parece adequado quando se trata da extensão. As dicotomias-chave indicadas por estes autores são: centralizado x descentralizado; de cima para baixo x de baixo para cima; pré-desenhado x processo.

técnico, parece necessário mudar o modelo piramidal em cujo topo estão os especialistas que se consideram os donos do saber e que são os mentores das diretrizes de projetos e orientações tecnológicas que devem ser executadas pelos agentes de campo. Esse modelo, que foi adequado às estratégias da Revolução Verde, não parece ser compatível com processos participativos.

Por outro lado, o planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho extensionista seriam tarefas realizadas de forma conjunta por técnicos e agricultores, em diferentes níveis (regional, municipal e comunidade, por exemplo), considerando sempre os aspectos relativos às condições locais e adotando perspectivas de médio e longo prazo, pois só assim é possível entender a efetiva participação e a busca do desenvolvimento rural sustentável.¹⁰

Ademais, dadas as premissas antes enunciadas, a “missão” da extensão rural pública deverá centrar-se na necessidade de buscar um maior equilíbrio social e ambiental no meio rural. Dito em outras palavras, a missão historicamente atribuída à atividade extensionista, que esteve baseada na transferência de tecnologias para aumentar a produção e produtividade, deverá dar lugar à tentativa de integrar as metas de produção agrícola com os aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e éticos do desenvolvimento sustentável. Portanto, no estabelecimento de um novo marco para o extensionismo é preciso considerar que simplesmente buscar o “aumento da produtividade – objetivo histórico do desenvolvimento – equivale à determinada coerência e ordem sociais que resultam na degradação ecológica e na desordem” (ALTVATER, 1995, p. 130), que é justamente o que se procura ajudar a superar com a nova extensão rural.

Assim, a missão primordial da nova extensão rural pública, desde a perspectiva social, deve ser a de contribuir para o desenvolvimento de modos de vida sustentáveis particularmente para aqueles grupos sociais com poucos recursos e oportunidades. Desde a perspectiva econômica e ecológica, o extensionismo deveria contribuir ao fortalecimento de formas de agricultura ambientalmente sustentáveis que garantam suficientes ingressos às famílias rurais com as quais atua.

Para cumprir com essa nova missão, a extensão rural deve concentrar-se em quatro objetivos, igualmente importantes e que seriam utilizados também como indicadores para o modelo que se espera alcançar. Os principais objetivos, que devem orientar a ação extensionista, são os seguintes: sustentabilidade, estabilidade, produtividade e equidade.¹¹ Estes poderiam ser enunciados como segue:

- a) Garantir o apoio à construção e manejo de agroecossistemas sustentáveis de modo que, apesar das restrições ecológicas e das pressões socioeconômicas, possam ser alcançados e mantidos adequados níveis de produção.
- b) Atuar de forma conjunta com os agricultores e suas organizações com o objetivo de integrar os fatores de produção disponíveis local ou regionalmente e outros que estejam ao alcance destes mesmos, para alcançar uma estabilidade na produção que seja compatível com as condições ambientais, econômicas e sociais prevalentes.
- c) Apoiar os agricultores na seleção de tecnologias de produção capazes de reduzir riscos e otimizar o uso dos recursos internos, de modo a alcançar, na totalidade dos

¹⁰ Sobre um modelo de avaliação participativo da atividade extensionista, no qual os beneficiários podem assumir um papel protagônico, Ver: DESHLER, D. (1997).

¹¹ Sobre os conceitos de Produtividade, Equidade, Estabilidade e Sustentabilidade dos agroecossistemas, como indicadores de sustentabilidade, Ver: ALTIERI, M. A. (1995, pp. 168-174).

sistemas agrícolas, níveis de produtividade estáveis e que não afetem negativamente o equilíbrio ecológico.

- d) Contribuir para a consolidação de formas cooperativas de produção que fortaleçam os laços de solidariedade e que propiciem que o produto gerado nos agroecossistemas seja distribuído uniformemente, de maneira que atenda requisitos de segurança alimentar e geração de renda para todas as famílias envolvidas.

Do ponto de vista da práxis, a Extensão Rural Agroecológica só pode ser levada a cabo mediante metodologias que permitam pôr em andamento processos efetivamente participativos. Desse modo, dever-se-ia optar por apoiar as iniciativas próprias dos beneficiários e estimular a participação como um direito, inclusive no que diz respeito ao controle social sobre a própria ação da extensão rural e de seus agentes. Nesses estilos de participação o agir por meio de grupos, é um aspecto fundamental, diz-se ainda que “uma especial característica desta mudança para práticas mais sustentáveis é a importância dos grupos”, o que exigirá que os *facilitadores* sejam, além de tecnicamente bem treinados, capacitados para que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar com grupos e organizações. Em razão disso, a experiência prática está ensinando que, para desenvolver uma agricultura sustentável, os profissionais da extensão devem mudar seus compromissos e sua forma de ação, deixando de atuar como um experto transferidor de tecnologias, passando a atuar como “um *facilitador* que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias e transformar-se em experto”.¹²

É importante observar que “as abordagens e métodos participativos representam uma oportunidade para construir melhores ligações entre os vários atores e melhorar o conhecimento de uns pelos outros”. Além disso, já foi demonstrado que quando são utilizados “o Diagnóstico Rápido Participativo e outros métodos participativos, extensionistas e investigadores têm a oportunidade de trabalhar em conjunto, formando uma mesma equipe. Eles trocam experiências e conhecimentos e alcançam algum tipo de consenso com os agricultores sobre o que é mais necessário.” Ademais, os agricultores participantes tendem a confiar mais nos profissionais e na possibilidade de que esses lhes ajudem “sem impor soluções”. (PRETTY e VODOUCHÊ; 1997, p. 53)

Assim, ainda que reconhecendo a existência de um grande número de abordagens e métodos participativos, entendemos que a “investigação-ação participante” – que está presente no conceito de Extensão Rural Agroecológica - pode ser realizada mediante a aplicação de metodologias similares ao conhecido Diagnóstico Rural Participativo – DRP (*Participatory Rural Appraisal – PRA*) que se apresenta como uma interessante estratégia metodológica para a intervenção extensionista na perspectiva do desenvolvimento sustentável.¹³

Assim mesmo, o DRP é uma metodologia mais adequada para o trabalho com grupos em condições de maior carência, além de contribuir para a redução dos custos da atividade extensionista. Sem dúvida, o DRP é um método participativo que permite uma maior “apropriação e análise” das informações pelas próprias famílias rurais envolvidas, assim como seu protagonismo nas ações, ou seja, com o DRP, relativiza-se o papel dos

¹² Ver: RÖLING, N. (1994, p. 269).

¹³ Questionamos o uso do DRR – **Diagnóstico Rural Rápido**, porque entendemos que sua utilidade é limitada para estratégias de desenvolvimento e sua utilização tende a transformar-se em um instrumento dos agentes externos para captar informações e pode, também, ser uma fraude e frustrar aos atores envolvidos depois do freqüente “*abandono institucional rápido*” que costuma ocorrer, principalmente naqueles projetos financiados por organizações de cooperação em que os agentes extensionistas vêm do exterior e não têm nenhum compromisso duradouro com as comunidades.

agentes externos, ao mesmo tempo em que se aumenta o papel das famílias rurais em todas as etapas dos ciclos de projeto em uma determinada localidade, comunidade, microbacia hidrográfica, etc. Uma comparação entre Diagnóstico Rural Rápido e Diagnóstico Rural Participativo indica, ademais, que o segundo é mais adequado para incrementar o poder local e a capacidade de gerar instituições e ações locais que são elementos-chave para estratégias que buscam a sustentabilidade.¹⁴

Não se trata apenas de uma crítica à prática convencional da extensão rural, mas de deixar claro que o futuro do extensionismo passa pela adoção de outro enfoque e de uma estratégia metodológica participativa, ambos necessários ante os desafios sociais e ambientais aos que se deve enfrentar a extensão rural da esfera pública¹⁵. Ademais, como diz Robert Chambers no prefácio ao livro intitulado “*Who Changes?: Institutionalizing participation in development*” (BLACKBURN e HOLLAND, 1998), “A participação sustentada em estratégias de desenvolvimento exige transformações em três domínios: métodos e procedimentos; cultura institucional; e comportamento e atitudes pessoais. Os três são necessários e cada um deles reforça os demais”. Chambers afirma também que “cada um deles representa pontos de entrada para as mudanças”, ou seja, estamos ante a fronteira das mudanças, mas eles não serão um “acontecimento” fruto do nada, senão que dependem sobretudo da vontade dos indivíduos, de um “**novo profissionalismo**”.¹⁶

5 O desafio de desenvolver um novo profissionalismo

Os desafios ao estabelecimento da extensão para o desenvolvimento sustentável ainda vão mais adiante do que foi até aqui analisado, já que os estudiosos desse tema indicam que, para que ocorram mudanças sustentáveis, é necessário desenvolver um “novo

¹⁴ Cf. CHAMBERS, R. (1994 e 1997).

¹⁵ Cf. THOMPSON, J. (1998, pp. 108-110), os estudos sobre a tendência das organizações públicas a adotar enfoques participativos indicam que existem pelo menos quatro motivações principais. A primeira está mais diretamente relacionada com a necessidade de sobrevivência das organizações governamentais do que com a sua vontade de “abraçar idéias de bom governo como a democracia e a distribuição de poder”. Isto ocorre, em geral, devido às pressões externas por maior eficiência e menores gastos. Em segundo lugar, esta mudança está sendo estimulada por algumas agências internacionais de apoio e financiamento de projetos, para criar processos de decisão baseados nas comunidades e associações locais. A terceira razão para a adoção de enfoques participativos por agências públicas de extensão rural, nasce do reconhecimento das falhas existentes nos enfoques convencionais de investigação e desenvolvimento que já se mostraram ineficientes para resolver as necessidades básicas das maiorias. E a quarta motivação, está determinada pelo reconhecimento de experiências participativas realizadas com êxito pelo chamado “terceiro setor”, as quais chamaram a atenção dos governos e formuladores de políticas, porque demonstram que é possível melhorar os resultados do setor público, adotando estratégias participativas.

¹⁶ Cf. CHAMBERS, R. (1997, p. 236). Assim, entre os problemas que são identificados com respeito às possibilidades de mudança, uma inquietude permanente, “é se nós, como profissionais do desenvolvimento, temos sentimentos e mudaremos nosso comportamento”, isto é, se estamos dispostos a abraçar as possibilidades de mudança e atuar de uma forma inversa à convencional. Os desafios estão postos para todos. Para nós, os extensionistas, o principal desafio é se conseguiremos falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem, ademais de “proporcionar opções” e serviços responsáveis e comprometidos com os beneficiários, que sejam impulsionados por um “novo profissionalismo”. Não se trata, evidentemente, de uma mudança que afetaria só aos extensionistas. Chambers também atribui responsabilidades para outros profissionais, dizendo que: economistas e burocratas devem descentralizar e apoiar a diversidade local; professores de universidades, institutos e escolas devem ir com seus alunos às povoações locais para aprender, devem revisar os currículos, reescrever os livros de texto, dar menos aulas e ajudar mais a que os outros aprendam. Igualmente, o autor faz recomendações no mesmo sentido para os líderes políticos, para o pessoal de ONG’s, etc.

profissionalismo”¹⁷. De fato, como sabemos, uma das deformações geradas pelo modelo de desenvolvimento agrícola ainda vigente foi a transformação imposta aos modelos de educação e formação de profissionais das ciências agrárias.¹⁸ Isso é reconhecido oficialmente, há alguns anos, como uma das dificuldades com respeito ao pessoal técnico da empresa, quando se diz que “a formação acadêmica atual dos técnicos conduz a uma visão do todo que é fragmentada” o que dificulta a análise global dos agroecossistemas. (EMATER/RS; 1996, p. 225).

Na realidade, em vez de formar profissionais que entendam das condições específicas e totalizadoras inerentes aos processos agrícolas e do desenvolvimento rural, o ensino nas universidades e escolas agrícolas brasileiras adotou um modelo que privilegia a divisão disciplinar, a especialização e, por consequência, a difusão de receitas técnicas e pacotes tecnológicos. Assim, os profissionais egressos, em geral, não tiveram a oportunidade de chegar a uma compreensão da agricultura como uma atividade que, ademais de sua "função de produzir bens", é um processo que implica uma relação entre o homem e o ecossistema no qual vive e trabalha, sem considerar que, para muitos agricultores, essa atividade se confunde com seu modo de vida. Em geral, na formação profissional, não se faz sequer um momento de integração das disciplinas. Cada uma delas é entregue aos alunos em sua própria gaveta, isoladas das demais e, quase sempre, alheias à realidade objetiva da gente e dos processos agrícolas concretos. Essa primeira carência na formação limita a capacidade do profissional vir a ter uma visão holística da realidade na qual vai atuar e uma ação sistêmica o que minimiza sua possibilidade de compreender a agricultura partindo dos princípios básicos dos processos naturais e como uma resultante da co-evolução sociedade-ambiente.

A segunda grande deformação na formação dos profissionais das ciências rurais e agrárias está relacionada com a distância abstrata com que se trata o homem-agricultor. Em geral, estuda-se muito sobre as máquinas e os insumos, mas muito pouco sobre os atores sociais e o papel decisivo que eles têm na agricultura e no manejo dos recursos naturais. O ensino costuma basear-se numa visão da agricultura como técnicas agrícolas aplicadas e pouco mais. Em terceiro lugar, e como consequência dos aspectos anteriormente considerados, as disciplinas que tratam dos aspectos da vida, do indivíduo, de suas relações, da sociedade em que ele vive, trabalha e atua, costumam ser desviadas em sua importância e também costumam ter muito menor peso no conjunto do programa de formação. Esse é o caso da Sociologia, mas também o é o da Extensão Rural que, quando está presente nos currículos, está destinada a cumprir a tarefa de oferecer ao futuro profissional os instrumentos por meio dos quais pode fazer impor seu conhecimento diante do agricultor para garantir, mediante o uso de uma metodologia específica, a reprodução do modelo no qual e para o qual foi preparado.¹⁹ Além disso, não se pode esquecer que, ao lado desse aspecto, vamos encontrar também fortes implicações ideológicas e políticas no ensino, transpassadas pela dimensão “meritocrática” e de competição (status) presentes na questão educativa das sociedades atuais, que acaba incluindo valores que se reproduzem nas atitudes individuais e na prática dos agentes.

Tudo isso, em última instância, conforma um estilo de profissionalismo que pode ser entendido como um “profissionalismo normal”, ou seja, como aquele que se refere “ao pensamento, valores, métodos e comportamentos dominantes em uma profissão ou disciplina” de maneira que, “como a ciência normal, o profissionalismo normal é

¹⁷ Ver, entre outros: CHAMBERS, R. (1994); PRETTY, J. e CHAMBERS, R.(1994); PRETTY, J.N. (1995); RÖLING, N. e PRETTY, J.N. (1997); PRETTY, J. N. e VODOUCHÉ, S. D. (1997).

¹⁸ Cf. DIÁZ BORDENAVE, J. (1977); FAO (1993); FAO (1994).

¹⁹ Ver: CAPORAL, F. R. e FIALHO, J. R. D. (1989)

conservador”, baseado em “uma estrutura centro-periferia do conhecimento, da geração de conhecimento, transmitida pela educação e treinamento, pela hierarquia das organizações e por pautas de recompensa e carreiras”, que tendem a reproduzir ações profissionais também conservadoras. (CHAMBERS; 1994, p. 3-4)

Por isso, a nova Ater pública exige um “novo profissionalismo” que se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de pôr as pessoas antes das coisas, com especial atenção aos grupos menos favorecidos. Como já se destacou, os métodos ajudam, mas não são suficientes para construir novas relações entre agentes e beneficiários, de modo que os profissionais da Extensão Rural Agroecológica devem assumir novos conceitos, valores e comportamentos, ademais de novos métodos. Deve-se considerar que esse “novo profissionalismo” é necessário, também porque os métodos não são neutros, já que correspondem a contextos sociais, políticos e históricos específicos, de modo que podem ser utilizados “para levar a uma genuína capacidade de construção e organização, assim como podem ser utilizados apenas para satisfazer objetivos externos”. (PRETTY; 1995, p. 1256)

Um “novo profissionalismo”, ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários. Por outro lado, estabelecer um “novo profissionalismo” exige que, ao contrário do enfoque reducionista e cartesiano da formação profissional convencional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se ampliem aspectos formativos que levem a uma maior capacidade de dialogar com outras profissões e interagir com outras disciplinas. Como destacam diversos autores, esse “novo profissionalismo” é um grande desafio e requer uma ampla ação de capacitação e reciclagem de agentes de extensão rural que já estejam em serviço. Em qualquer caso, saliente-se que não se menospreza o papel dos especialistas, que devem integrar-se aos processos.

6 Sobre o conteúdo das mensagens e a clientela da nova Ater pública

Como vimos antes, a tendência à mudança do paradigma da extensão rural indica a necessidade de mudanças no conteúdo das mensagens dos agentes. Já não se trata de indicar receitas ou difundir pacotes tecnológicos, senão de atuar também como um “*facilitador*” de processos e consultor de projetos. O novo profissional deverá ter a capacidade de investigar, identificar e fazer disponíveis aos agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e não-técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com as condições ambientais. Deve-se ter em conta que não se trata de uma tarefa fácil. Ao contrário, trata-se de enfrentar o desconhecido, com situações complexas, com processos que exigem interação. Portanto, é impossível predizer qual deveria ser o conteúdo das mensagens, pois isso será resultado de situações de aprendizagem específicas e diferenciadas.

Não obstante, o papel do extensionista como agente de desenvolvimento rural não perde seu valor e importância, ainda que o conteúdo de suas mensagens já não possa estar centrado só, ou sobretudo, na difusão de informação técnica. Assim mesmo, o problema tecnológico, antes tratado desde a perspectiva da difusão, na nova extensão rural terá que ter em conta os recursos disponíveis na propriedade, a heterogeneidade com que se apresenta a problemática tecnológica e as diferentes racionalidades adotadas pelos camponeses na gestão de seu modo de produção e de vida.

Ademais, o desenvolvimento sustentável exigirá o manejo de informações-chave sobre políticas públicas, assim como o conhecimento necessário para enfrentar os novos desafios que o imperativo ambiental cria para a agricultura e para as famílias rurais. Desse modo, as mensagens deverão ser compatíveis com as exigências externas e com aquelas relativas ao manejo de agroecossistemas complexos e diversificados o que impede a elaboração prévia de um discurso tecnológico homogêneo. Isto é, as questões tecnológicas continuam sendo relevantes para o desenvolvimento da agricultura, mas elas devem sustentar-se especialmente no conhecimento de princípios e processos e não apenas em pacotes genéricos e previamente definidos. Assim mesmo, dentro de determinadas situações, será fundamental que o extensionista contribua na gestão de informações sobre mercados, sobretudo os mercados locais e regionais, assim como no estabelecimento de mecanismos que possibilitem a articulação dos agricultores com os consumidores e suas organizações o que também não pode ser previamente estabelecido.

Com respeito aos beneficiários, todas as tendências indicam que a realidade atual não recomenda que a extensão rural pública siga mantendo uma posição neutra. Atualmente, tanto no Brasil como em outros lugares, está se formando um consenso que os serviços públicos de extensão devem atender, com exclusividade, as famílias rurais que trabalham em regime de agricultura familiar e, dentro desse conjunto, estabelecer prioridade para a ação junto àquelas famílias mais excluídas, mais pobres, mais afastadas das condições mínimas de desenvolvimento humano e material.

Nesse sentido, no Seminário sobre Agricultura Familiar e Extensão Rural no Brasil, realizado em 1995, a Federação dos Servidores da Extensão Rural do País, juntamente com a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura já propunham que “a extensão pública e gratuita” passasse a beneficiar, “com exclusividade aos produtores rurais incluídos na definição de agricultura familiar.” (CONTAG/FASER, 1995) A conformação de tal consenso apareceria de forma ainda mais clara a meados de 1997, quando se realizou o Workshop Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural, ocasião em que não só as entidades do setor público, mas também os assessores técnicos, as organizações de agricultores e as ONG’s representadas no evento manifestaram a necessidade de que a “extensão rural pública e gratuita” orientasse suas ações para a agricultura familiar e suas organizações representativas. (CONTAG e outros, 1997). Valendo-se dessas observações e do antes exposto, é possível deduzir que a nova Ater pública, orientada pelo imperativo ambiental e adotando um novo enfoque, novos objetivos, e nova metodologia, deve atuar tendo como foco de seu esforço as famílias rurais que trabalham em regime de economia familiar, inclinando-se a favor dos mais pobres do campo, criando espaço para que os demais segmentos de agricultores possam ser assistidos pelas empresas privadas e colaborando com o setor do agronegócio em aspectos ambientais das atividades rurais mediante ações indiretas.

7 Como conclusão:

Ao se propor uma nova Ater pública, é necessário considerar também o que vem sendo discutido sobre esse tema em nível internacional quando se trata da necessidade de inclusão da temática ambiental nos programas de extensão rural. Sobre isso, entre as conclusões da Conferência Mundial sobre esse tema (FAO, 1994), encontramos que se entende que, apesar do complexo que é integrar a questão ambiental nos programas de extensão rural, é inadequado continuar com um modelo que divide a complexidade ambiental para tratar as partes como fatores isolados. Assim mesmo, reconhece-se que

existe um desencontro entre a natureza das instituições extensionistas e o caráter dos problemas ambientais, sobretudo pelo fato de que foram copiados modelos de extensão dos países desenvolvidos, que são orientados à “produção agrícola”, sem considerar e sem entender a complexidade das variáveis socioculturais de outras realidades. E, por fim, “redescobre-se” que existe um “desafio pedagógico” para a integração do ambientalismo na atividade extensionista, ou seja, a necessidade de novos modos de aprendizagem e conhecimento, mediante métodos participativos capazes de superar os modelos de tipo “top-down”. (FAO; 1994, pp. 13-4)

Reforça-se, portanto, a necessidade de mudar o paradigma extensionista, de modo que aquilo que propomos acima, como alternativas para que a extensão rural pública possa incorporar as novas variáveis do desenvolvimento sustentável, são apenas tópicos para uma mudança que será mais profunda e que, necessariamente, deverá ocorrer. Os desafios à extensão neste início de século tendem a acelerar ditas mudanças. Assim mesmo, tais mudanças se darão no marco de uma complexa transição ocasionada pela crise socioambiental do modelo de desenvolvimento convencional o que indica a construção de uma nova visão de mundo e novas opções por parte da sociedade que devem ser acompanhadas pelos profissionais da extensão rural.

Finalmente, cabe lembrar que a nova Ater pública atuará num ambiente conflitivo, pois a “transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso, porque criará na sociedade um novo quadro de ganhadores e perdedores”,²⁰ e, como constatamos, as agências públicas de extensão rural estarão no meio desse processo político, não sendo possível passar por ele de forma neutra.

8 Bibliografía citada

ALTIERI, M. A. El estado del arte de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.) **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: MAPA, 1995. p. 151-203.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

AXINN, G. H. **Guide on alternative extension approaches**. Roma: ESHE/FAO, 1988. (Existe versão em espanhol: “Guía de los distintos enfoques de la Extensión”, publicada em 1993).

BLACKBURN, J.; HOLLAND, J. **Who Changes? Institutionalizing participation in development**. London: Intermediate Technology Publications, 1988.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 221f. Dissertação.(Mestre em Extensão Rural) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM. Santa Maria, RS.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 517f. (Tese de

²⁰ Cf. PEARCE, D. (1996, p. 288).

Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; FIALHO, J. R. D. **A disciplina de Extensão Rural no curso de Agronomia da UFSM: análise geral e sugestão de um novo programa.** Santa Maria/RS: CPGER/UFSM, 1989. p. 41 (mimeo).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Rev. Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v.24, n. 3, set/dez, 1994.(o mesmo texto pode ser encontrado na Rev. Extensão Rural, Santa Maria: DEAER/CPGER,UFSM, v. 2, n. 2, jan/dez., 1994).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão.** Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

CONTAG. **Grito da terra Brasil:** dossiê 1996. Brasília: CONTAG, 1997.

CONTAG/FASER “Seminário Nacional: Agricultura familiar e a extensão rural”. (Documento preliminar) Brasília, 11 e 12/09/95. 1995. p.11 (mimeo).

COSTABEBER, J. A. e CAPORAL, F. R. “Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável”. In: VELA, Hugo. (org.) **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL.** Santa Maria, UFSM/Pallotti. 2003. p. 157-194.

CRISTOVÃO, A. Mudam-se os tempos, ... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de integração entre investigadores, extensionistas e agricultores. **Vida Rural**, Portugal, p. 6-10, março, 1997 .

CRISTOVÃO, A.; KOEHNEN, T.; PORTELA, J. Developing and Delivering Extension Programmes. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.) **Improving Agricultural Extension:** a reference manual. Roma: FAO, 1997. p. 57-65.

CHAMBERS, R. El pequeño campesino es un profesional. **Rev. Ceres**, marzo/abril, 1980. p. 19-23.

CHAMBERS, R. **Rural Development:** putting the last first. Essex: Longman, 1983.

CHAMBERS, R. et al. **Agricultores experimentadores e pesquisa.** Rio de Janeiro: PTA, 1989. (Série Agricultores na Pesquisa, 1).

CHAMBERS, R. **Challenging the Professions:** frontiers for rural development. London: Intermediate Technology Publications, 1994.

CHAMBERS, R. **Whose Reality Counts? : Putting the first last.** London: Intermediate Technology Publications, 1997.

CHAMBERS, R.; GHILDYAL, B. P. La investigación agrícola para agricultores con pocos recursos: El modelo del agricultor primero y último. **Rev. Agricultura y Desarrollo**, número especial 2/3, p. 9-24. jun., 1992.

CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L. A. (Eds). **Farmer First: Farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publications, 1993.

DIÁZ BORDENAVE, J. E. **O Ensino da Disciplina de Extensão Rural nos Currículos de Ciências Agrárias**. (Texto apresentado na Reunião Técnica de Professores de Extensão Rural, realizada em Belo Horizonte - MG, del 11 al 14 de abril de 1977). p.16 (mimeo).

DIÁZ BORDENAVE, J. **La Transferencia de Tecnología y la Teoría General de los Sistemas**. Costa Rica: IICA, 1977.

EM ATER. Rio Grande do Sul. **Plano Estratégico Plurianual – 1997-2000**: marco referencial. Porto Alegre: EMATER/RS, 1996.

EM ATER/RS **Marco Referencial para uma Nova Extensão Rural: Avanços Institucionais da EMATER/RS-ASCAR – Gestão 1999-2002**. Porto Alegre: EM ATER/RS. 2002.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. **Ecología Política**, Barcelona: Icaria, n. 9, p. 7-25, Jun. 1995.

FAO. **Report of the expert consultation on integrating environmental and sustainable development themes into agricultural education and extensión programmes**. Expert Consultation realizada en Roma 30/11 al 3/12 de 1993. Roma: FAO, 1994.

FAO. **Educación Agrícola Superior**: la urgencia del cambio. Santiago/Chile: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1993. (Serie Desarrollo Rural).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. p. 42-48.

PEARCE, D. Sustainable Development: The Political and Institutional Challenge. In: KIRKBY, J.; O'KEEFE, P.; TIMBERLAKE, L. (Eds.) **The Earthscan Reader in Sustainable Development**. London: Earthscan Publications, 1996. p. 287-289.

PRETTY, J. N. Participatory Learning for Sustainable Agriculture. **World Development**, v. 23, n. 8, p. 1247-1263, 1995.

PRETTY, J. N.; CHAMBERS, R. Towards a learning paradigm: new professionalism and institutions for agriculture. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Eds.) **Beyond Farmer First: Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice**. London: Intermediate Technology Publications, 1994. p. 182-202.

PRETTY, J. N.; VODOUCHÊ, S. D. Using Rapid or Participatory Rural Appraisal". en: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.) **Improving Agricultural Extension**: a reference manual. Roma: FAO, 1997. p. 47-55.

RÖLING, N. Facilitating sustainable agriculture: turning policy models upside down. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Eds.) **Beyond Farmer First: Rural people's**

knowledge, agricultural research and extension practice. London: Intermediate Technology Publications, 1994. p. 245-248.

RÖLING, N.; PRETTY, J. N. Extension's Role in Sustainable Agricultural Development. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.) **Improving Agricultural Extension: a reference manual.** Roma: FAO, 1997. p. 181-191.

SEMINÁRIO NACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR E A EXTENSÃO RURAL. 1995. Brasília. *Documento preliminar...* Brasília: CONTAG/FAZER, 1995. p.11 (mimeo).

THOMPSON, J. Participatory Approaches in Government Bureaucracies: Facilitating Institutional Change. In: BLACKBURN, J.; HOLLAND, J. **Who Changes?: Institutionalizing participation in development.** London: Intermediate Technology Publications, 1998. p. 108-117.

WATTS, L. H. Estructura Organizativa de la Extensión Agrícola. In: SWANSON, B. E. (Comp.) **La extensión agrícola: manual de consulta.** Roma: FAO, 1987. p. 23-45.

Anexo 1: Alguns elementos para a comparação entre tipos de extensão

Indicadores	Extensão Rural Convencional	Extensão Rural Agroecológica
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principal objetivo	Econômico. Incremento de renda e bem estar mediante a transferência de tecnologias. Aumento da produção e produtividade.	Ecosocial. Busca de estilos de desenvolvimento socioeconomicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade. Aplicação de técnicas de conservação.	Base de recursos que deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão da agricultura	Aplicação de técnicas e práticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Agricultura sustentável	Intensificação verde. Aplicação de tecnologias mais brandas e práticas conservacionistas em sistemas convencionais.	Orientação agroecológica. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assessoramento técnico. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas.	Democrática e participativa. Incrementar o poder dos

	Induzir ao cambio social.	agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assessor técnico.	Facilitador. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não-técnicas.